



**Veículo:** Portal Arq Brasil  
**Data:** 29 de Agosto de 2009  
**Seção:** Notas



### **Acessibilidade é tema de destaque no XV COBREAP**

Congresso discute acessibilidade nas edificações, abordando casos práticos e normas técnicas que atendam adequadamente todo tipo de usuário em estabelecimentos como cinemas, teatros e bancos. Atender as necessidades de locomoção e garantir o bem estar do ser humano é a discussão do tema "Perícias em acessibilidade", abordado no XV COBREAP – Congresso Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia - que acontece em São Paulo entre os dias 21 e 25 de setembro.

Especialistas do setor se reúnem para exemplificarem casos práticos e também informações pertinentes sobre legislação e normas que atendam os preceitos do chamado "desenho universal", ou seja, um projeto adequado para todo tipo de usuário em estabelecimentos público ou privado como cinemas, bancos, teatros, shoppings, prédios e etc.

Segundo a arquiteta e palestrante do tema, Silvana Cambiaghi, a arquitetura inclusiva tem como objetivo atender todos as pessoas, seja ela alta, baixa, anão, magro ou obeso, homem ou mulher, gestante, idosos ou crianças, que tenham ou não algum tipo de deficiência.

"A acessibilidade deve permitir a utilização adequada de ambientes, produtos e equipamentos para garantir o uso com segurança e autonomia de todos. Cabe ao trabalho de peritos avaliar e aferir o real atendimento desta questão. Para tanto é necessário utilizar as regras previstas em normas e leis de acessibilidade, integradas ao conceito do projeto", revela Silvana.

A arquiteta que é deficiente física desde os seis meses de idade devido seqüela de poliomielite, encontrou na questão o tema para o seu trabalho de conclusão de curso, "Na ocasião, constatei que muitas mudanças eram fundamentais para garantir o direito de ir e vir de qualquer cidadão e descobri que atender a toda e qualquer pessoa em um projeto arquitetônico é um grande desafio, mas também é algo gratificante", revela Silvana.

O assunto ganhou destaque na 15ª edição do maior Congresso de Avaliações e Perícias, que pretende mostrar que, apesar de ainda ser pouco discutida no Brasil, a regulamentação de leis de acessibilidade tem obrigado edifícios de uso coletivo a se adequarem a um conjunto de normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Nesse contexto, os empreendedores pouco informados e menos sensibilizados estão sendo forçados a pensar na questão, já que a não adaptação às leis está sujeita a multas. No entanto, para Silvana as coisas não deveriam ser assim, a inclusão de rampas, plataformas, elevadores acessíveis, pisos táteis e sinalização não deveria ser uma obrigação, mas sim consequência do processo de conscientização da sociedade. Cabe também ao perito, o conhecimento destas normalizações e sua aplicação para subsidiar processos e avaliações.

Por outro lado, a arquiteta acredita que aos poucos os novos conceitos estão sendo incorporados por arquitetos, engenheiros e até mesmo administradores públicos, "Os profissionais da categoria encontram nas normas estipuladas a possibilidade de facilitar a vida dos cidadãos e derrubar a barreira entre as diferenças humanas. O objetivo é criar espaços mais democráticos e abrir novos nichos de mercado para profissionais em sintonia com esta questão" conclui.